

ATA 13

Ao vigésimo nono dia do mês de setembro de dois mil e vinte, reuniu-se pelas 21h, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244. A mesma foi realizada sem público, cumprindo deste modo as orientações da Direção Geral da Saúde. O Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Almeida Praça, deu início à reunião pelas 21h 30 estando presentes:

- **Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)**
- **Carla Elisabett de Oliveira e Silva (RM)**
- **Alexandre Paulo da Silva e Sá (RM)**
- **Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa (RM)**
- **Nuno Filipe Teixeira da Cruz (RM)**
- **Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (RM)**
- **Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro (RM)**
- **José António da Silva Barradas (RM)**
- **Sofia Margarida Murta Alves (RM)**
- **Ana Elisa de Sousa Almeida (PS)**
- **António Pedro Simão Cerqueira de Magalhães Pinto (PS)**
- **Marco Régis Lacomblez Leitão (PS)**
- **Ana Reynolds de Magalhães A. C. Castro Saraiva (PSD)**
- **Maria Teresa de Mesquita Guimarães Osswald (PSD)**
- **Casimiro António Valente Calisto (CDU)**
- **António de Oliveira Alves (CDU)**
- **Susana Salbany Constante Pereira (BE)**

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- José Leandro Amaro da Veiga (RM), substituído por Sofia Margarida Murta Alves;

- Cândida Paula Oliveira Freitas Silva Roseira (PS), substituída Albina Fernanda Monteiro Pacheco (PS), que não compareceu;
- Maria Manuela Nunes Lopes G. de Brito Amorim, não compareceu.

Após a confirmação dos membros presentes ficou constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente - Mário José Machado de Faria e Almeida Praça
- 1º Secretário - Carla Elisabett de Oliveira e Silva
- 2º Secretário - Alexandre Paulo da Silva e Sá

Presidente da Assembleia de Freguesia, cumprimentou todos os presentes e deu início à sessão com a leitura do edital. De seguida informou não existirem inscrições das associações ou envio de documentos para leitura na Assembleia, continuando a sessão com o ponto seguinte, a apresentação das quatro propostas: uma proposta de moção e três propostas de recomendações.

Casimiro Calisto, CDU, começou por apresentar a primeira proposta de moção que visa o método de eleição das diferentes Comissões de Coordenação. A proposta de moção que apresentou tinha vários considerandos que se prendiam com as diferentes alterações que tem havido relativamente à orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento. O novo Decreto-Lei altera a forma de designar os presidentes e os vice-presidentes. O presidente da Comissão de Coordenação passa a ser eleito por um colégio eleitoral com os diferentes presidentes de Câmara, Vereadores, deputados municipais e os Presidentes de Junta que participam nas Assembleias. O Vice-presidente passa a ser eleito só pelos Presidentes de Câmara e o terceiro é indicado pelo Governo. Portanto, este Decreto-Lei tem tido alterações sucessivas. Esta última alteração está a um ano de eleições e, portanto, os eleitores destes dirigentes vão estar só um ano em funções e daqui a um ano da vigência desta Comissão, já os diretores são outros. Assim e pegando no sentimento de muitos autarcas e de muitos dirigentes pelo país, considerem que esta tutela do poder central que, até impõe, certas regras que podem levar à demissão dos eleitos, levou a devam manifestar-se, esta assembleia deve demonstrar a sua discordância com este Decreto-Lei e a ser aprovada esta rejeição, deve a mesma ser enviada para as diferentes entidades.

A segunda proposta CDU é uma proposta de recomendação do PDM. O PDM está numa fase de final de aprovação, vai passar por um período de discussão pública e sendo algo estratégico para a cidade toda, obviamente que também é para esta freguesia. Assim consideram por bem que a Assembleia de Freguesia seja informada e que se realize uma Assembleia Extraordinária para saber o que afeta o nosso território e também que a mesma, se possível, seja amplamente divulgada e participada.

António Alves, CDU, apresentou as outras duas propostas de recomendação da CDU. A primeira é sobre a remoção do amianto, solicitando a correção na proposta apresentada, no ponto dois e na segunda alínea dos considerandos onde tem um erro que deve se corrigido e removido, riscando-se “Leonardo Coimbra Filho”. O amianto está proibido, quanto à sua comercialização e utilização desde dois mil e cinco, mas continua a haver, em muitas instituições, muitos edifícios, incluindo aqui na nossa freguesia. Sabemos, até porque já foi falado nesta Assembleia, da existência de amianto no Bairro de Bessa Leite, no Bairro das Condominhas, havia também no Bairro da Mouteira, mas já está solucionado. Aliás, questionou a junta de freguesia se tem acompanhado este problema nestes bairros, anteriormente citados, no sentido da sua resolução, mas existe concretamente em duas escolas: na Escola Secundária Infante D. Henrique e na Escola de Leonardo Coimbra Filho. O amianto provoca doenças, não propriamente no equipamento que está instalado e que está seguro, mas as partículas do amianto andando no ar, sendo inaladas podem provocar até doenças cancerígenas e daí a sua proibição. Portanto, era bom que segundo esta proposta de recomendação apresentada, seja enviada ao Governo e à Câmara Municipal, no sentido de tomarem as medidas necessárias para que pelo menos no ano letivo 2021-2022, nos referidos estabelecimentos escolares, já sem o amianto. Era importante que isto acontecesse, para a saúde das nossas crianças e de toda a população, que por ali passa. Pode-se dizer que, existindo ruturas nessas estruturas de amianto, provocadas pelas gaivotas, por exemplo, que as partículas possam ser inaladas e mais tarde, pode ser muitos anos depois, ter consequências negativas nessas doenças. Em relação à segunda proposta de recomendação apresentada, a mesma tem a ver com os abrigos nas paragens dos autocarros. Como é sabido, houve algumas alterações nas carreiras dos autocarros, aliás salientou que, na nossa freguesia, houve duas alterações positivas que a CDU tem

reclamado durante anos que foi, por exemplo, a existência da carreira 207, ao fim de semana não existia e agora existe. Assim como a carreira nº 403 que agora vem de Campanhã, passa pela marginal sobe a rua D. Pedro V, até à Boavista, uma carreira que consideram positiva e são duas reivindicações da CDU que durante muito tempo lutaram por elas. Mas acontece que, com essas alterações acentuou-se o problema de haver paragens de autocarro sem abrigos. Portanto, há várias paragens sem abrigo, em que as pessoas não estão abrigadas da chuva e das intempéries, daí a CDU apresentar esta proposta de recomendação à Câmara Municipal do Porto, que desenvolva, em conjunto com as demais autarquias e os serviços da STCP e com a própria STCP, um plano de alargamento dos abrigos nas paragens e que haja uma melhoria na deslocalização das paragens onde não seja possível a instalação de abrigos. Por exemplo, na rua do Bom Sucesso existe uma paragem onde talvez não seja possível instalar esse abrigo por ser uma rua estreita, mas pode ser feita noutra local.

A Deputada Sofia Margarida Murta Alves, RM, usou da palavra para referir que relativamente à proposta apresentada de recomendação da rede de abrigos da STCP, considerou que para bem dos fregueses votam favoravelmente a esta recomendação. Relativamente à outra proposta de recomendação, da remoção do amianto e do acompanhamento a título pessoal que é realizada é uma situação bastante importante para todos nós e para a saúde de todos nós, quer pelos problemas a curto prazo, quer pelas influências e questões que podem trazer ao longo prazo, desta forma vão votar também favoravelmente

Cláudia Costa, RM, usou da palavra para falar sobre a proposta de recomendação da discussão do PDM tendo solicitado à CDU que, no ponto onde está “a realização de discussão pública, de uma Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia” que retirasse estas palavras “Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia” e que as fizesse substituir por uma reunião alargada. O mesmo se passando no ponto 1. i), substituindo a Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia, por uma reunião alargada. Se for assim, com esta alteração, o Movimento Rui Moreira aprovará esta proposta, passando de seguida a explicar o porquê deste pedido de substituição referindo que tem havido reuniões do executivo camarário, já foi aprovada a discussão do PDM, irá haver uma reunião da apresentação do PDM aos presidentes das Juntas de

Freguesia e ainda irá haver uma apresentação e uma reunião em todas as Juntas de Freguesia com Senhor Vereador do Pelouro, em que os fregueses podem colocar as suas questões. Portanto, uma vez que é claríssimo que esta sessão, dentro dos possíveis, irá ser aberta ao público, é claríssimo que esta recomendação da CDU se enquadra no que a Câmara está a fazer. Se for alterado este ponto, estão todos de acordo e a proposta será aprovada pelo movimento Rui Moreira. No que diz respeito à outra proposta de moção o movimento Rui Moreira irá votar favoravelmente porque a posição relativamente a estas questões é pública e vai de encontro, em grande medida, ao que a proposta apresenta e, portanto, questionou se a CDU aceitava o pedido de alteração e se for assim, o sentido de voto é a favor

Susana Pereira, BE, usou da palavra e fez uma nota introdutória de reforço pela organização das Assembleias de Freguesia mesmo nos moldes em que estão a acontecer, na situação que estamos a viver e que traz alguns transtornos, desconfortos, mas salientou o esforço evidente da junta, dos colaboradores da junta, do Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, dos restantes membros da mesa, de que estas sessões estejam a acontecer da melhor forma. Salientou que temos todos de fazer um esforço para que tudo funcione melhor. Em relação às considerações que têm a ver com o envolvimento do público, remeteu para a próxima intervenção que iria fazer.

Em relação às propostas concretas do grupo parlamentar da CDU fez uma nota positiva, congratulando o grupo por trazer à Assembleia temas tão importantes, assuntos que nesta altura em que estamos a viver, como o arranque do ano letivo, com a proposta das escolas sem amianto, na etapa final que estamos a passar relativamente ao PDM com um timing que faz com que as propostas apresentadas sejam de facto muito importantes e referiu que o BE vai votar favoravelmente a todas estas propostas. No entanto, fez nota sobre algumas questões: a primeira nota relativamente à proposta quanto à eleição dos presidentes das Comissões de Coordenação (CCDR), o BE efetivamente tem uma posição a nível nacional, que já foi apresentada na cidade do Porto e na última Assembleia Municipal. Aliás, na última Assembleia Municipal Ordinária, o BE levou uma proposta, um pouco também contra este modelo de eleição que foi aprovada apenas com o desacordo dos grupos do PS e do PSD e, portanto, evidentemente que acompanham esta preocupação e a proposta em concreto da CDU.

ATAS

Relativamente à questão da sessão do PDM, considerou que é de todo relevante a proposta que foi apresentada. O BE tem também estado tanto na comissão, que acompanha o processo de revisão do PDM, como noutros espaços, como nos contactos com as associações da cidade, que trabalham as questões relacionadas com as questões do urbanismo, do ambiente. O BE tem defendido de facto, uma discussão ampla de um instrumento com a importância que tem este PDM, inclusivamente o BE propôs, que ao contrário de que é o mínimo que a Lei determina, que é o espaço de um mês para discussão pública, ou de trinta dias, que poder-se-ia alongar esse prazo, dada a importância e a densidade de um instrumento desta natureza. Assim, no entender do BE, a proposta apresentada é por demais relevante e entendeu que ela deve ser e no seguimento do que foi proposto anteriormente, ser votada como aqui está e não com a alteração que foi proposta pelo movimento Rui Moreira, fazendo uma nota importante, para a Assembleia, foi da leitura da proposta, enviada por email, foi com alguma surpresa que viu que foi enviada como proposta. Ou seja, está previsto no regimento desta Assembleia de Freguesia, que qualquer força política pode uma, senão duas, uma vez por ano, agendar, por agendamento potestativo, uma Assembleia extraordinária, de ponto único, indicado por si. Portanto a CDU, poderia não trazer esta proposta a esta Assembleia e fazer a indicação, o requerimento, o pedido regimental, do agendamento desta Assembleia que aqui estava a ser proposta. Entendeu que a CDU levar a proposta à Assembleia, para votação de todos, no sentido de procurar o consenso e agregar as forças políticas que estão representadas nesta assembleia e que isso seja também, por leitura que fez, um sinal a dar aos moradores da freguesia. Portanto, esta proposta, nos termos que aqui é apresentada, vai poder sempre acontecer, se a CDU assim o entender. A diferença neste momento é que esta proposta que vamos votar é como um sinal das forças políticas nesta assembleia de que todos concordamos e que esta discussão ampla é importante. Para terminar relativamente à questão dos abrigos nas paragens dos STCP é uma questão muito importante que a todos diz respeito e de grande importância para a freguesia. Relativamente às escolas sem amianto é também urgente que se tomem medidas; o Governo criou um programa de apoio às autarquias e neste momento, está no papel das Autarquias a sua implementação, pois é claro que como tem acontecido algumas vezes este tipo de programas não deixa de vir com inconvenientes, desculpem a expressão alguma armadilha no sentido em que efetivamente o valor que está

orçamentado e previsto para esta reconversão das escolas, retirada do amianto, tanto quanto podemos saber não está o envelope orçamental, não acompanha claramente quais vão ser os custos e isto tem que preocupar a todos, mas acho que devemos sim a recomendar reclamar alertar a Câmara para essa questão, para que se avance com o processo que é urgente e já é urgente há muitos anos. Obrigada.

Marco Leitão, PS, é de louvar o esforço de todos nós e estamos aqui a cumprir a nossa missão Relativamente às propostas, apresentadas pela CDU, nós votaremos a favor a proposta de recomendação de melhoria na rede de abrigos da stcp e concordamos, inteiramente, com essa mesma proposta e com a importância da mesma; também iremos votar a favor da proposta de recomendação da remoção do amianto nas escolas do Leonardo Coimbra filho e Infante D. Henrique, fazendo uma pequena ressalva, no sentido da urgência, para que sejam removidos num determinado prazo. O amianto nestas duas escolas, obviamente, que é importante concretizar e desconhecemos se há já algum prazo estabelecido pelo Governo, pela Câmara e, por isso, nesse sentido gostaríamos de levar essa nota se já ou não há um prazo e em todo caso mesmo que haja ou não haja é sempre bom interpelar estas entidades que têm responsabilidade relativamente a esta situação e a aplicação desta medida para que isso seja cumprido nesse mesmo prazo. Quanto aos valores que foram aqui referidos por Bloco de Esquerda e que estão um pouco aquém daquilo que alegadamente seriam necessários, também desconhecemos essa questão; pessoalmente admite que possa acontecer isso mas sinceramente não sabe, pois desconhece essa questão se efetivamente os valores em causa são, ou não são suficientes para realizar essa mesma remoção, mas acredita que sejam, eventualmente, poderá haver uma necessidade de aumentar, mas não estamos a par dessa questão. De qualquer forma iremos, obviamente, votar a favor, quanto à proposta de recomendação; quanto à discussão do PDM vamos votar a favor, conforme o BE, pois também é uma recomendação de um tema claramente muito importante para a cidade e teremos todo o gosto em participar nesta assembleia de freguesia cuja proposta ou recomendação foi apresentada pelo BE, através do procedimento referido. Esta reunião que aqui foi apresentada também foi referida pelo grupo RM. Quanto a última proposta, neste caso moção, sobre o metro e a eleição das CCDRN, nós

gostaríamos de saber se é possível uma pergunta dirigida a CDU e se é possível votar ponto por ponto, pois estão aqui três pontos na moção e se for possível nós agradecemos, porque nós não concordamos com o ponto um o que é quase óbvio, mas podíamos concordar mas não concordamos e os outros dois pontos já teremos um voto diferente. Se a CDU concordar que se possa votar ponto por ponto muito bem, senão teremos de votar contra. Explicar o porquê é o que nós faremos, nas duas hipóteses e relativamente à situação do metro e da eleição da CCDRN, acha que todos são a favor da regionalização, apesar de haver um, ou outro menos convicto; esta solução não é a solução que gostaríamos pessoalmente e acha e gostava que se avançasse com a regionalização, mas nós temos um problema, pois temos uma Constituição que, de alguma forma, quina esta questão e já tivemos o referendo que não correu bem: Sabemos das dificuldades no caso de haver um novo referendo porque se não houvesse as dificuldades que são conhecidas estou convicto que já havia um novo referendo e hoje em dia a questão da regionalização não se ponha, embora com as eleições as polémicas cheguem e às vezes pode complicar, mas eu acho que é mais consensual. Há políticos, aliás como o próprio Dr. Rui Rio que não era a favor e que atualmente é. O Presidente do PSD agora diz que a conjuntura não é favorável e nesse sentido aquilo que se está a implementar é o possível; sabe-se que muito, provavelmente, quer a CDU, quer o BE iriam responder negativamente, mas nós deveríamos tentar e perceber a vossa posição, mas acha que neste momento é possível concordarmos com esta solução. Ela tem algumas imperfeições e sem dúvida as coisas não estão a correr como nós gostaríamos, mas também pensa que pode ser um primeiro passo para chegarmos à regionalização e oxalá possamos chegar à regionalização que é fundamental para o nosso País, que é manifestamente demasiado centralista e nós todos pagamos por isso. No Porto, se calhar, não pagamos tanto como noutras regiões mais no interior do país, que vivem muitas dificuldades, por causa do País que temos centralista. Obrigado.

Presidente da Assembleia de Freguesia confirme por favor, se está a propor na moção para o metro e eleição das CCDRN, e em defesa da regionalização, para se retirar, e a manifestar a sua discordância pelo conteúdo do decreto-lei nº 27/2020 que, objetivamente, não alterando o papel das CCDR como serviços periféricos da

administração direta do Estado, torna os Autarcas cúmplices desta visão centralizada do Estado.

Marco Leitão, RM, estava a perguntar se a CDU não se importava de votar ponto por ponto mantendo o que está.

Presidente da Assembleia de Freguesia, mantêm-se, peço desculpa se percebi de forma diferente.

Marco Leitão, RM, caso contrário, teremos de votar contra, pois não podemos votar a favor disso.

Presidente da Assembleia de Freguesia, em relação à proposta do metro, eleição das CCDRN e em defesa da regionalização foi proposto a votação ponto a ponto, como é que a CDU pretende fazer? Pretende que seja feita na íntegra, ou pretende ponto a ponto, ou quer defender alguma questão?

Casimiro Calisto, CDU, não esperava este pedido; para mim seria a proposta toda, votava na íntegra, mas nós não queremos violentar ninguém; não temos qualquer problema em votar os três pontos separados; acho que esta proposta que aqui está, obviamente, não tem aqui a resposta toda, mas acho que o clamor que tem levantado pelo país, quanto a essa forma de eleição, é muito grande. Tenho aqui uma passagem, porque faz-me lembrar o Sr. Trump com a questão de ir para o supremo, porque há uma eleição; é um ano de novas eleições autárquicas que elegem e tem outras pessoas para eleger; reparem que isto é a terceira alteração a um decreto de 2012. Para nós é claro e não parece correto este modo, mas não há problema nenhum, votamos separado aqueles três pontos da deliberação. Em relação ao PDM aproveito para esclarecer também que não queremos confrontar ninguém, mas eu tenho uma experiência, quando era o responsável do pelouro do urbanismo, o Arquiteto Correia Fernandes marcou-se uma reunião para esclarecimento com esta Assembleia e nessa sessão apareceram dois ou três da Assembleia de Freguesia e nós achávamos que dava um carácter muito mais empenhado da nossa Assembleia e até das comunidades se isto fosse como aqui se diz num espaço alargado; entregava-se um convite à Câmara e teríamos a responsabilidade de estarmos cá todos. Nesta assembleia, presumo que o que foi dito é que iria haver uma sessão de esclarecimento aberta a toda a gente, com o Vereador

presente e, por isso, esse âmbito era alargado e é assim que está previsto. Era uma sessão de esclarecimento e na Assembleia de Freguesia, apenas apareci eu e o Perfeito. Devido ao COVID nós propomos um outro local para uma Assembleia extraordinária Este decreto-lei é muito recente e, taxativamente, diz que a autarquia maior, a Câmara, pode ir buscar dinheiro para estas alterações e em relação à rede na Venezuela passa lá agora uma carreira e tem uma placa não tem abrigos e nós queremos atrair mais gente para os transportes públicos e se a nossa população é uma população envelhecida, o conforto é fundamental.

Colocado à votação ponto a ponto - Proposta de moção "Contra o método de eleição das CCDR e em defesa da regionalização"

Ponto um:

Contra – 3 PS

Abstenções – 2 PSD

Favor – 12 (9 RM, 2 CDU, 1 BE)

Ponto dois:

Contra - zero

Abstenções – 3 (2 PSD, 1 PS)

Favor – 14 (9 RM, 2 CDU, 2 PS, 1 BE)

Ponto três:

Contra - zero

Abstenções - 2 PSD

Favor – 15 (9 RM, 2 CDU, 3 PS, 1 BE)

Colocado a votação - Proposta de recomendação "Discussão do PDM"

Contra – 9 RM

Abstenções - 2 PSD

Favor – 6 (2 CDU, 3 PS, 1 BE)

Colocado a votação - Proposta de recomendação “Remoção do amianto nas Escolas Leonardo Coimbra-Filho e Infante D. Henrique”

Contra – zero

Abstenções - zero

Favor – 17 votos (9 RM, 2 PSD, 1 BE, 2 CDU, 3 PS)

Aprovado por unanimidade

Colocado a votação - Proposta de recomendação “Melhoria da rede de abrigos dos STCP”

Contra – zero

Abstenções - zero

Favor – 17 votos (9 RM, 2 PSD, 1 BE, 2 CDU, 3 PS)

Aprovado por unanimidade

Susana Pereira, BE, usou da palavra para referir que não é muito usual fazer declarações de voto quando a votação é favorável à proposta apresentada, mas quis fazer uma declaração, ou uma nota sobre a votação da proposta da CDU, em relação à realização da sessão do PDM, em que nós votamos a favor, mesmo havendo a possibilidade de haver uma iniciativa da parte da Câmara Municipal nas várias freguesias, porque, ao contrário destes tipos de iniciativas, referiu que numa Assembleia Extraordinária é possível apresentar propostas, por exemplo, votar propostas. Portanto falou-se de um tipo de sessão que, do ponto de vista democrático, é diferente daquilo que estamos aqui a falar e reiterou, achou, que deveria ser uma iniciativa a tomar em mais freguesias, ou nas restantes freguesias da cidade. Relativamente às assembleias questionou, dizendo que a mesma não tinha de ser respondida no tempo em que estava a usar da palavra, que foi sobre a questão do áudio que na última Assembleia de Freguesia discutiu-se

sobre a questão de o áudio ser publicado no site, tendo questionado se já estava publicado e em que prazo o mesmo foi publicado. No final da última Assembleia não ficou claro se era logo nas 24 horas a seguir, ou se havia mais tempo, solicitando um esclarecimento sobre o timing, para perceber como é que está o áudio a ser disponibilizado ao público em geral. Relativamente ainda ao funcionamento das Assembleias, referiu que esta era a terceira Assembleia, desde que estamos no cenário em que estamos, e que entendia que são todos sensíveis às dificuldades que a situação coloca, que as normas da DGS nos colocam, enfim, mas achou, sente receio, que não estejamos a fazer todos os esforços para encontrar soluções e alternativas que garantam uma maior participação das pessoas nas Assembleias. Desde logo, encontrar um espaço mais amplo, do que o salão Nobre, que permita de facto, enfim, uma disposição diferente e lugares para que o público possa participar. Nas assembleias "pré- Covid" o número de lugares que eram ocupados seriam cerca de dez, a sala, a plateia, não ficava cheia, diga-se assim, nas assembleias. Portanto, achou que se devia ir mais além no esforço de pensar essas Assembleias e de encontrar soluções alternativas, esgotar as possíveis soluções que possam existir para que o público possa participar, nomeadamente, acionando mecanismos que podem e devem ser contemplados, de possibilidade de inscrição, por parte das pessoas, não tendo de haver a preocupação com o número de pessoas que possam aparecer, se houver um mecanismo de inscrição, com um número limitado de lugares e as pessoas poderem inscrever-se. Considerou que deveria, em prol da democracia local e da freguesia, se considerarmos que estamos, há mais ou menos um ano do próximo ciclo eleitoral, das autárquicas do próximo ano, haver a preocupação com o que estes órgãos representam, devendo envidar esforços para que de facto fosse possível outra solução e não ficar pelo mínimo que a Lei permite.

Na sua intervenção colocou ainda duas questões de análise da situação na freguesia: a primeira questão prende-se com o que vem sobejamente à Assembleia, e que tem a ver com a situação dos consumos que se vêm no território específico da freguesia. A situação é grave na cidade toda mas aqui no contexto, Lordelo do Ouro e Massarelos, sabe-se como a questão está. Tem havido uma série de tomadas de posição, nomeadamente, dos moradores, de pessoas na zona do fluvial e, basicamente, a questão que o BE trás já há muito tempo para ser discutida na Assembleia. Chegou a

haver uma sessão com organizações de terreno na Assembleia de Freguesia sobre este tema; saiu dessa sessão a determinação de que iria ser feita uma sessão pública. Posteriormente saiu de uma Assembleia posterior uma proposta aprovada, nesta Assembleia de Freguesia, da realização dessa sessão pública que não aconteceu e nada se verificou que envolva a comunidade, que ponha as pessoas em diásolidarismlogo, que se questione sobre a medida concreta das salas de consumo assistido; onde é que ela está, como é que ela vai funcionar, enfim perante a situação que se está a viver, esta inação é constrangedora. E terminou a intervenção com uma questão que se prende com aquilo que hoje aconteceu, no parlamento, com audição ao Conselho de Administração da Fundação de Serralves, em face da situação que vivem trabalhadoras sobretudo mulheres, de trabalhadores do serviço educativo, mas não só, mas também de Técnicos de montagem do museu que também que vivem situações de precariedade dramáticas, que já vem de antes da pandemia, mas como podem imaginar se agravaram, significativamente, com a pandemia que vêm lutando por garantir um mínimo que são os seus direitos, que são direitos de qualquer pessoa que trabalha neste país, para fazer face à situação que estamos a viver e que foi preciso chegar hoje ao ponto em que a Autoridade para as Condições de Trabalho finalmente dão razão a estes trabalhadores. Hoje foi anunciado no parlamento, pela ACT que são vinte e um os trabalhadores que tem de passar a contrato entre dois e cinco de outubro, portanto sexta-feira desta semana, e segunda-feira da semana que vem, com o Conselho de Administração, no parlamento, a dizer, a sua Presidente, que vai até às últimas instâncias para rebater esta posição da ACT; como devem saber se no prazo que está estipulado não for aplicada passa para o Ministério público. O Conselho de Administração diz que vai até às últimas consequências para não permitir que essa integração de trabalhadores seja feita. Isto é assustador, isto deve-nos preocupar, deve preocupar a freguesia, onde está situada esta fundação. Freguesia esta, cujo Executivo articula, trabalha, vai fazendo cooperações, enfim quanto mais não seja por via da sua participação, entre aspas, a Agência para o Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro e portanto deixou o repto desde logo que cada uma das forças políticas, aqui representadas, formalmente, se solidarizam com estes trabalhadores e trabalhadoras e tomem uma posição para ver se consegue que a administração respeite os direitos dos trabalhadores e o executivo,

enquanto executivo de junta, possa igualmente fazer o mesmo : expressar a sua solidariedade e reivindicar que essa situação seja urgentemente ratificada.

Presidente da Assembleia de Freguesia, usou da palavra para referir que não queria dar a certeza, mas pensava que o áudio foi publicado no espaço de quarenta e oito horas, dois dias a seguir. Na última assembleia foi dito que de facto a lei não obriga a que fosse publicado em vinte e quatro horas e foi esclarecido também na última assembleia que nós estávamos com a intenção de publicar isso, mas passaram vinte e quatro horas e por isso publicamos em quarenta e oito horas, mas a lei não o exige. Relativamente à questão alargada das Assembleias, nós queríamos que esta Assembleia se tivesse realizado na sala da cultura, em Guerra Junqueiro, mas, não havia sala disponível e só havia sala para o dia trinta, e a reunião está marcada para dia vinte e nove e foi por esse motivo que nós não fizemos esta assembleia lá; pese embora as novas restrições que foram impostas para a concentração de pessoas. Referiu ainda que apreciava as palavras da Sra. Deputada Susana, quando referia que as pessoas deviam estar mais presentes nestas assembleias. O Sr. Presidente diz que de facto concorda inteiramente com a Dra. Susana, mas questionou sobre o número de pessoas que têm vindo às assembleias; tem uma noção, quando não havia Covid-19. Sejam as que forem agora o que lhe estou a dizer é que de facto não havia assim infelizmente, eu repito infelizmente, tantas pessoas como isso, mas acho que deveriam ser muito mais participativas.

Casimiro Calisto, CDU, isto é uma assembleia que tem limitações, impostas pela DGS, mas ao trazermos aqui algo que nós sabemos que a junta vai ter em atenção e que tem haver com o cenário que se encontra na Freguesia. Lancei o repto às pessoas conhecidas sobre o que achavam que eu devia levantar nesta assembleia de freguesia para que as mesmas tivessem algum conteúdo. Também referiu que leu na informação da SR,^a Presidente que há um sem número de iniciativas, que não se apercebem que são feitas, e estava ali, obviamente, para engordar essa agenda, com vista à solução de múltiplos problemas da freguesia. Iniciou por referir o problema que existe no bairro Bessa Leite, dado ter sido alertado, pelas pessoas que ali vivem, que tem dificuldade de locomoção, que os passeios estão muito maltratados. Houve uma mexida na rua, mas os passeios estão em más condições, quer pela movimentação das raízes, quer por uma

manutenção que não se faz. Outra questão que levantou e parece que as juntas se deveriam empenhar, é que o Bairro Bessa Leite está localizado na entrada da VCI, referindo que era inadmissível que os rails de proteção estejam a dois palmos da quina de uma casa. Considerou que naquele Bairro devia de haver uns painéis a tapar, porque imaginava quem vive naquele quarto ou naquela casa. Outra questão que apresentou, e que já na Assembleia também já foi falada, foi sobre a existência de dois contentores que estão fora do passeio, estão em plena estrada. A Associação de Moradores, numa visita que a CDU fez, referiu que já pediu várias vezes para os colocar dentro, porque assim até dava maior visibilidade. Em relação ao Bairro Bessa Leite eram estas as questões que apresentava.

Em relação ao Bairro de Lordelo referiu a iluminação, tendo referido que as pessoas apontaram o Bloco catorze, e o bloco quinze, junto aos contentores, ao cimo das escadas, e também entre o bloco treze e o bloco catorze. Dizem que há lampiões que estão com as lâmpadas fundidas, estão desligadas, já há meses, e agradeceu que se tratasse desta questão da iluminação. Outra zona que também referiu deste território, foi a zona da Maternidade, fazendo um apelo dos moradores que lá residem para que se mandasse alguém limpar o ex - fontanário, que já não tem água a correr, mas há um depósito de lixo. Os moradores falam das máscaras Covid, falam em garrafas, falam em muita sujidade que se acumula. Outra questão que os moradores também referiram foi a possibilidade de dar mais publicidade aos balneários. Os balneários têm umas indicações, bastante pequeninas, e aquilo era para, se possível, falar à Câmara que os balneários também são sanitários e o horário de funcionamento que também fosse mencionado no local. Estes são pedidos que parecem ser bastante positivos e que devem ser contemplados. Os moradores também falaram naquele jardim central, no largo da maternidade; eles dizem que o limpam por fora, mas no interior do Jardim acham que não limpam e, portanto, era só para confirmar se assim é. Na zona da Arrábida refere que foi alertado por uma Senhora que mora na Travessa da arrábida e que diz que a empresa NOS andou nessa rua a colocar fibra, ou a fazer uma intervenção qualquer e deixou o arruamento em muito mau estado e parece que já não aparecem lá e era para ver o que podiam fazer. O pavimento já é antigo, mas agora com as mexidas ficou muito pior. Nesta intervenção pediu também a atenção (claro que esta é uma

questão que tem a ver com o civismo das pessoas), mas na rua da Mocidade da Arrábida, quem vem do Rio para cima, junto às escadas do antigo (não sabendo se e ainda funciona) restaurante Canoa, ou da taberna, existe ali uma escarpa ligeira que está cheia de monos (frigoríficos, coisas que as pessoas não deviam lançar para lá, mas lançam) e é como a primeira pedra que se atira a um edifício, senão se repor continua a acumular-se. E também na rua do Alto da Arrábida, que é uma rua lá em cima, que também vem dar ao Canoa, existe ali, parece ser uma antiga estação da EDP, com uma entrada que está cheio também de lixo. Continuou a sua intervenção, com assuntos mais genéricos, referindo que nós vivemos numa freguesia que tem uma dimensão bastante razoável, sabendo que a Junta não tem meios para acudir a tudo, mas era o alerta que se fizesse à Câmara. A Câmara, é discutível, embora seja meritório o pensamento, a Câmara está a investir muito em ciclovias, algumas bastante confusas, descontinuadas, que considerou que irá ser um problema, atendendo à população que temos, aos tempos que aí vêm de chuva, era a questão dos passeios. As pessoas passam em certos sítios e os passeios são para as pessoas terem acidentes. Portanto, passeios e iluminação considera ser importante a Junta dar uma atenção particular e quando se fala em iluminação (sendo algo de que se deve falar bastante) é a iluminação das passadeiras. Referiu que vai muitas vezes à zona do cemitério, morando ali perto, e diz que aquela passadeira não tem iluminação, está desbotada, ali só não há mais acidentes, porque alguma coisa está a fazer por isso. A população também pediu para lembrar, se fosse possível, fazer alguma coisa, quanto à questão do Centro de Saúde; há ali aquela questão dos autocarros e dizem que existe uma enorme dificuldade em deixar alguém à porta do Centro de Saúde, sobretudo pessoas com mobilidade reduzida. Referiu que sinceramente também não tem a solução, mas se encostar à zona da paragem dos autocarros,(aquilo para compensar tem um passeio alto), e, por isso, também há a dificuldade em abrir, e se for mais atrás também, pois muitas vezes não há lugar para estacionar. Portanto pediu para ver o que se podia fazer para resolver esta questão do estacionamento. Por último, referiu que tem sido alertado e também tem essa experiência, para um progressivo estacionamento pago na freguesia, questionando se a Junta de Freguesia é consultada sobre as zonas, porque há quem diga que há um estratagema agora; parece que o Dr. Rui Moreira, e a Assembleia Municipal, não podem alargar onde deviam e por vias travessas, começou a colocar o estacionamento pago

em determinadas zonas. Portanto, também foi surpreendido na rua de Antônio Costa, também já existe estacionamento pago e, paulatinamente, o estacionamento pago tem sido ampliado na freguesia. Em relação ao que foi referido pela Dr^a Susana do BE, considerou que com pessoas de bom coração, temos de nos solidarizar com as pessoas que trabalham, que têm uma vida numa instituição e de um momento para o outro são chutadas, referindo-se à questão da Fundação de Serralves.

Cláudia Costa (RM), usou da palavra para, muito brevemente, e depois das últimas palavras do Sr. Engenheiro Casimiro, relativamente à questão de Serralves, que foi trazida pela Dra. Susana, dizer que é uma preocupação da Junta de Freguesia e que sabe que já foram pedidas reuniões, a Serralves, e, portanto, a Junta irá fazer o que puder, para resolver essa situação. Não quis, antes de sair, deixar de dar esta informação, que considera que é algo com que todos ficam satisfeitos com ela e demonstra que realmente a junta está atenta, e que o nosso Executivo está atento ao que se passa e tenta dentro, dos possíveis, reparar situações injustas.

Marco Leitão, PS, referiu que iria focar-se no problema que os preocupa mais e que é um problema que já foi referido em várias Assembleias de Freguesia, mas, que teve a oportunidade ver há cerca de uma semana. Efetivamente, o problema do tráfico e do consumo de estupefacientes na zona da Pasteleira Nova é, realmente, assustador, parecendo uma verdadeira feira da droga. É verdade que a PSP, as forças de segurança, têm tido uma atuação mais regular, com alguma frequência têm ido àquela zona e têm atuado no sentido de, primeiro de prenderem os traficantes, como é óbvio, mas também de uma forma contribuir para que o tráfico, que não vai desaparecer, mas pelo menos que diminua. Só que é um problema, como sabem, muito complexo e não chega. Isso não vai resolver o problema do tráfico e do consumo que depois alastra-se, como sabem pela freguesia; é um problema que se espalha pela freguesia e pela própria cidade. O problema do tráfico é sempre um problema, como é óbvio, o consumo também, mas para a própria imagem da cidade do Porto, também é um grande problema, ou seja, não é só um problema de saúde pública, não é só um problema de segurança, mas também para a própria imagem da cidade do Porto. O Porto vai acabar também por pagar o preço dessa situação. Sabemos que, como já foi aqui referido várias vezes, não é a Junta de Freguesia que vai resolver isto sozinha. Nós aí não mudaremos a nossa opinião, mas

também é verdade que a Junta é o órgão político mais próximo da população, neste caso, mais próximo do local onde ocorre o tráfico. E pode ter, como já fez, mas nós temos pena que não tenha feito mais, designadamente, naquela reunião que foi realizada e em que não pôde estar presente naquela hora, porque estava a trabalhar, mas a Dr^a Manuela e a Dr^a Paula Roseira estiveram presentes e foi uma reunião que elas gostaram muito. Foi uma boa iniciativa da Junta e acharam, sinceramente, que se deve repetir; não tem de ser exatamente nos mesmos termos, mas é muito importante. Por outro lado, como também já foi referido pelo Bloco de Esquerda, devem-se organizar reuniões com a população. Nós, naquilo que for necessário, cá estaremos também presentes e naquilo que precisarem, para ajudar, porque é essencial que haja essa, (não estando a dizer que não tenha havido) certeza absoluta, mas de uma forma mais institucional, em que as forças e as outras forças políticas também possam estar presentes, em que também sejam convidados representantes de entidades que possam e devam atuar nesta área: desde as forças de segurança, na área da saúde e as próprias de associações, instituições que lidam com este problema. É essencial que nós atuemos todos, e naquilo que precisarem cá estaremos. Nesse sentido, também gostaríamos de saber o que se passa com a sala de consumo assistido, porque tendo procurado alguma informação não conseguiu chegar a nenhuma conclusão sobre isso. Perguntou, pois gostaria de saber, sendo certo que não é uma solução, obviamente milagrosa, mas pode ajudar e ajudará certamente, em que ponto está. Questionou se a Junta, (e já na última Assembleia de Freguesia o fez), mesmo sem a presença da Sr.^a Presidente, Dr^a Sofia Maia, perguntou à pessoa que estava a substituir, se tinha alguma informação, e em que estado estava e obteve a resposta que iria solicitar essa informação à Câmara Municipal do Porto. Assim perguntou que gostavam de saber se, entretanto, obtiveram alguma informação sobre o estado, sobre quando é que vai começar a ser executada, estando na dúvida se existiria já um prazo estipulado, não sabendo se esse prazo vai poder ser cumprido ou não, e qual é a razão sendo estas as questões que gostariam de saber. Depois também não sabe se essa informação já foi transmitida, não sabendo se já houve alguma decisão, mas por aquilo que leu e pediu a correção, se estivesse errado, é que o que está previsto, numa fase inicial, no que diz respeito a sala de consumo assistido, vai iniciar-se com uma unidade amovível. Perguntou se já se sabe para onde é que elavai, sendo esta a questão que gostaria de

colocar, porque se preocupam, dado que não sabem se vai ser aqui na zona de Lordelo, claro que seria bom. Também sabem que há outras zonas que também precisam, mas de qualquer forma gostariam de saber se tem alguma informação sobre isso. Também gostariam de saber o que que a Junta de Freguesia fez ao longo deste tempo, relativamente a esta questão. Se contactou entidades, a PSP, a entidade na área da saúde, ou outras instituições porque, como sabem, não querem ensinar nada a ninguém, estão ali num diálogo a tentar ajudar naquilo que podem, mas muitas vezes o que falha, no nosso país, é esse o diagnóstico que se faz no nosso País, não quer dizer que também os outros países também não aconteça o mesmo, é a falta de coordenação. Ou seja, muitas vezes o que temos é várias entidades, (neste caso, azar precisamos de muitas entidades) a atuarem nesta área mas muitas vezes não há coordenação entre essas várias entidades. E isto, assumiu que também era uma crítica ao que se pode fazer a nível nacional, não deixando de fazer essa crítica, mas também é verdade que a nível da Junta, da Câmara, o papel do Presidente da Junta, de um Presidente de Câmara, independentemente das competências e se sabem disso, é não descansar enquanto não pararem para velar pelos interesses da sua população, dentro das limitações, como é óbvio. O que queriam saber é quais foram os passos que foram dados, no mês setembro, (já não vamos falar do mês de agosto) e dizer que, como é óbvio, que esta questão é de tal maneira complexa que mesmo falando com algumas pessoas que trabalham na área, ninguém sabe ao certo a solução; agora o que é certo é que não podemos parar como é óbvio. Para terminar quis dizer, como já tinha dito anteriormente, que isto não é uma crítica; estão a tentar contribuir para poder, de alguma forma, solucionar o problema, sendo certo que nunca será solucionado, mas encontrar contributos para uma resolução, ou uma diminuição daquilo que está a acontecer. Acompanham também e não vão focar as questões todas que a CDU referiu anteriormente, as preocupações, apresentadas pelo BE, sobre a situação na Fundação de Serralves.

Presidente da Assembleia de Freguesia, referiu que o tempo sobre a discussão deste ponto já estava excedido, tendo perguntado se o Executivo da Junta de Freguesia queria usar da palavra para dar respostas às questões formuladas.

Presidente da Junta, Sofia Maia, usou da palavra referindo que iria começar a sua intervenção da forma que o Dr. Marco Leitão terminou a sua intervenção. Efetivamente, é uma situação complexa e, como é lógico, todos nós acompanhamos as vossas preocupações e as vossas preocupações são as nossas preocupações. Referiu que o Dr. Marco Leitão diz, e muito bem, quando as entidades, as próprias entidades, às vezes são difíceis de se coordenarem e de entrarem numa delimitação de como se deve atuar, porque esta é uma situação que não vem de agora. Nós andamos há anos e anos e todos os dias, de manhã, de tarde e à noite a receber e-mails, a receber telefonemas; passa-se pelas pessoas na rua e na maior parte das vezes o tema é, infelizmente, chama-se toxicodependência. É toxicodependência que há três ou quatro anos não se falava tanto, mas, infelizmente, ela existia. Ela estava era escondida e não incomodava tanto, mas a verdade é que ela existia e as instituições, tanto de saúde como sociais, como humanitárias, já apoiavam essas pessoas. Esta situação existia, tanto para a Junta de Freguesia, como para a Câmara, ainda no tempo do Dr. Manuel Pizarro. É lógico que esta situação acaba por agora estar mais visível e é o que acaba por ser complexo ; disse que não iria estar a defender ninguém, porque a gente fez e isso é que é verdade. A Câmara Municipal do Porto e a própria PSP, em relação a esta freguesia, considera que têm atuado e muito. Considera que têm feito um excelente trabalho. Não é que seja pior, discordando, quando dizem que esta freguesia está pior do que outras freguesias, outros locais da cidade, não concordando com isso. Não concordando, porque estava a falar pelo que vê no terreno, que percorre todos os dias e pelas reuniões que tem tido na PSP em relação à situação. Ou seja estamos numa freguesia em que há uma maior exposição, (referindo que iria tentar usar umas palavras um pouco mais corretas) numa zona ribeirinha, numa situação em que, mesmo a nível criminal, (estava a dar os dados de uma reunião que tiveram com a PSP) nós até temos menos situações de crime, como acontecem noutras zonas da cidade. Agora, claro que vão dizer, e muito bem, que eu sou a Presidente da Junta e devo preocupar-me com esta freguesia que é o que faço. Embora não podemos descurar que somos portuenses e que é uma mais valia para todos. Em relação à PSP, à Câmara e às instituições, como sabem, ainda antontem houve uma rusga no Bairro da Pasteleira Nova, como tem havido muitas vezes e que eu própria sei, perfeitamente, o que acontece lá e não é fácil também para perceber que é necessário mais efetivos. São necessárias mais pessoas nas ruas. É preciso

policiamento, policiamento de rua, porque só assim é que poderemos ajudar; porque realmente aconteceu um fenómeno da droga, cujo tráfico estava no Aleixo, mas, simplesmente, houve um desvio. É o fenómeno da ocupação da via pública o que é muito desagradável e também das casas. Nós, ainda anteontem, tivemos aqui duas pessoas a reclamar, pois a PSP arrombou as portas e agora a empresa municipal Domus Social não paga as portas porque tinham um auto do tribunal e andamos agora aqui, nós a tentar ajudar. Em relação às instituições e em relação também ao que disse o Sr. Casimiro, quanto ao jardim do fluvial que considerou importante proporcionar uma reunião convidando a estar presentes as entidades que considerar relevantes para falarem desta questão, dado que a mesma prejudica a todos, referiu que se chegou a um ponto em que se diz às instituições, moradores e associações de moradores para ajudarem os toxicodependentes para que sejam eles apanharem as seringas e o lixo que fazem nos jardins e nada, o meu seja, isto é tudo muito interessante e até achamos que é muito fácil, mas quando nós estamos a lidar, no dia-a-dia, verificamos que temos instituições, associações de moradores, PSP, ARS, tudo a tentar arrumar e a olhar um bocadinho para o seu cantinho e o que também é necessário (e aí concordo consigo Marco) é que tem de haver aqui uma ponderação de todos. Nós não podemos pensar, nem achar que um senhor que acaba de se injetar tenha a capacidade de limpar o jardim. Ou seja, isto é, mesmo muito complexo porque cada um olha um bocadinho por si, mas vamos todos tentar arranjar soluções. O ambiente fez um programa em que todos os dias, durante quinze dias, esteve na zona do fluvial, Pasteleira, Pinheiro Torres e Condominhas a fazer uma limpeza diária, para tentar inclusivé tira-los de lá, mas foi impossível, porque isto efetivamente está muito bem organizado pelos traficantes. Está em estudo, na Câmara Municipal do Porto, a abertura do bairro da Pasteleira Nova, para que possa haver circulação de automóveis entre o Bairro da Pasteleira Nova, para tentar que os traficantes não se escondam e entrem por uma entrada e saiam por outra e que fujam assim à PSP. Em relação à sala de consumo assistido referiu que vão ter outra questão; como o Dr. Marco Leitão perguntou e muito bem, o ponto de situação, com o Covid- 19 e como é lógico tudo abrandou um pouco porque agora estamos todos, e bem, preocupados com a pandemia. Em relação aos números do Covid-19, nesse aspecto os números a nível de contágio nos toxicodependentes e nos sem abrigo, é que não houve números elevados de contágio com estas comunidades. A sala de consumo

assistido vai ser uma questão que faz todo o sentido, pois está em andamento. Á partida a localização seria na zona de Lordelo do Ouro, mas vai haver um problema. Já temos algumas informações de abaixo assinados, com alguns moradores e ainda não foi decidido o local. Isto está pensado e era natural que fosse, referiu que não são suas as palavras, mas pelas entidades competentes, mas é o que eu posso dizer é que já há associações de moradores que são contra a instalação à porta de casa. A localização seria, em princípio, numa zona alargada entre o Fluvial e a Mouteira, "naquele X". Referiu ainda pensar ser uma situação que a ARS e a Câmara vão ter que lidar com esta questão com algum cuidado, porque a verdade é esta, a verdade é que todos nós, é lógico, somos defensores das pessoas, principalmente dos toxicodependentes que, efetivamente, é uma situação complexa, todos nós estamos aqui para ajudá-los, mas a verdade é que tudo isto é muito bonito quando é na casa ao lado, não é na nossa casa. Inclusive já temos outra associação criada, que é a associação de Moradores da Zona da Marechal Gomes da Costa, constituída por causa desta situação, pensando que esta será uma das Associações que irá estar atenta, mas vamos todos olhar pra a frente e pensar positivo e resolver tudo, não podendo ficar de braços caídos. Da nossa parte, o que podia dizer, é que é algo que nos preocupa, mas constata que, efetivamente, era tudo muito defensor quando estava escondido. A primeira sala vai ser amovível; com esta situação do Covid-19 considera que o prazo irá ser alargado. Entre o Ministério da Saúde, a Câmara houve uma série de situações que foram alvo de análise, pois era o tamanho da sala, depois eram os valores. O ponto da situação é que, tendo questionado o Sr. Vereador Dr. Fernando Paulo, a informou que a situação já estava mais normalizada e que agora iriam para a parte do local, da escolha do local e que tinham falado várias vezes sobre a situação do local. Todos os dias estamos com as pessoas na rua e vamos tentar resolver esta situação. Referiu ainda que não queria estar a levantar situações polémicas, no que poderão discordar de mim, ou do que eu possa dizer, mas, efetivamente, isto em relação à toxicodependência considera que há dois fatores que têm de ser separados que são os traficantes e os toxicodependentes. A questão da Lei considerou que devia ser revista. Falou desta questão, enquanto Presidente de Junta, porque o que constata junto da PSP, referindo-se às autoridades, da forma como está a Lei, com o número de doses que os traficantes podem ter em seu poder, nem sempre é fácil uma eficaz atuação. Considerou que é completamente a favor das salas de

consumo assistido, que se deve dar dignidade aos toxicodependentes e deixa um repto , pois é muito complexo haver ações, quanto àqueles senhores. Estamos em crise e por exemplo, ontem estive na Junta uma Senhora que referiu que lhe dão cento e cinquenta euros por dia para guardar a droga. Ou seja, nos tempos que correm, e não estava a defender ninguém, mas há vezes a tentação é grande e se forem apanhados com certas doses, salvo o erro, serão oito doses, nada lhes acontece. O que eu quero dizer é, que eu acho que tem de haver aqui um meio termo, porque se não também acaba por tornar a eficiência da PSP, da própria PSP, um pouco ineficaz, porque agora há aqui um misto da situação, que infelizmente estamos a viver economicamente e que ainda irá ser pior. Ou seja, tem de haver mais regra. Há uma enorme dificuldade nesta situação , aliás traficantes que na maior parte deles nem sequer são daqui da freguesia. Referiu assim que da sua parte ficava a marcação de uma reunião com as entidades, conforme da Dra. Susana falou, para se realizar uma segunda reunião, talvez algo diferente, mas depois informará. Esperava muita gente que eu virasse, mas isto é um assunto muito importante. Acho que que todo este trabalho tem de ser feito em conjunto, pois eu posso acrescentar alguns pormenores, sobre o dia a dia; não quer dizer que vocês não saibam, mas é natural que, estando aqui, as coisas venham a nós, tanto à tarde como à noite, mas é mesmo diferente ver as pessoas que estão ali e conviver com os que estão ali a dormir e não conseguem dormir de noite é algo que que é mesmo muito complexo. Às vezes há uma interpretação errada que é preciso mais PSP, mas a presença de mais PSP transmite segurança na via pública e esta situação da Lei acho que é algo que deveria ser repensado, com calma, mas repensado. Esta situação da toxicodependência tem um impacto visual, sendo completamente a favor de discutir esta questão que mais do que qualquer outra situação é a maior prioridade, neste momento, em relação à freguesia. É sem sombra de dúvida a situação mais prioritária para a freguesia. Para terminar e de forma rápida, e tal como já foi referido pela Dra. Cláudia Costa que abordou a questão de Serralves, referindo-se a toda a parte artística que é muito complexa, considerando que, efetivamente, não queria estar a falar em nome do Ministério da Cultura, porque não tem o “know how” para isso, mas considerou que esta questão tem de ser analisada porque no dia anterior tinha visto uma campanha, da Associação Audio-Visual, alertando para o problema, pois já estão sinalizadas cento e cinquenta famílias que estão a passar fome, é mesmo este o termo. A junta pediu uma reunião para tentar

perceber e inteirar-se do problema, referindo que se houver algo que esteja ao alcance da junta fazer, será, obviamente, feito porque todos nós estamos a passar por situações muito complicadas. A parte artística considerou que Portugal ainda não está a 100% para a cultura e para os artistas e para tudo o que advém de positivo nos artísticas e na cultura e para nós, mas pode ser que, infelizmente, com esta situação nos adaptemos melhor e que percebamos que eles fazem parte do nosso dia-a-dia. Concluiu referindo estar disponível para ajudar, dando o feedback do resultado da reunião que irá ter com a Fundação de Serralves. Em relação ao que a CDU apresentou aqui concorda com todas as situações e a maior parte delas já foram reportadas à Câmara Municipal do Porto. Referiu que o colega esteve no Bairro de Bessa Leite, no Bairro de Lordelo e, efetivamente, aquela iluminação não faz sentido nenhum, sobretudo a que vai para a zona do Ipanema, pois agora com o crescimento das árvores tem havido várias situações, dando ainda o exemplo do que se passa na rua Arquiteto Marques da Silva, onde existe pouca iluminação e os passeios também estão em muito mau estado (na rua de Barbosa do Bocage) salientado, no entanto, que não é fácil porque ali existem árvores de grande porte e nem sempre é como nós queremos. Todas as situações apresentadas, concorda com elas, a Câmara Municipal também concorda; não estamos parados, mas nem sempre é fácil fazer as diligências, perante algumas adversidades. Em relação ao Centro de Saúde, existe um lugar para deficientes, à porta da junta. O que acontece é que muitas das vezes estacionam lá e não são deficientes e temos também a rampa do centro de saúde que também devia de estar livre precisamente para quando chegam as ambulâncias, os táxis, as pessoas de mobilidades reduzida. Ali refere, não saber muito bem o que se poderá fazer, porque realmente ali a passagem do autocarro é algo que dificulta e até um pouco perigoso. Aliás considera que todo aquele cruzamento de Lordelo do Ouro é complexo e já solicitou à Dr^a Cristina Pimentel que devia ser revisto, porque há vários acidentes, bem como a passagem de peões é também complexa. Não sendo daquela área, mas também considera que não é preciso ser da área para perceber. Agora daí a arranjar a solução, torna-se difícil, mas acho que deve passar por uma rotunda porque é um cruzamento muito perigoso e já se solicitou à Sr.^a Vereadora um estudo para esse cruzamento. Em relação à passadeira do cemitério, ela já foi pintada, pois tem um desgaste muito rápido e já se solicitou as passadeiras luminosas, algo que concorda em pleno e que tecnicamente considera que

não havia problema nenhum, mas pelo que foi dito pela área da via pública para fazer a passadeira luminosa não é assim uma coisa tão fácil de colocar, pois a luz em certas situações (os engenheiros não concordam) e eu já pedi especial atenção para uma passadeira luminosa, ali no cemitério, como também ao pé do túnel, ao pé do Jardim Botânico, que também considera que é um sítio muito complexo, e tecnicamente saber se é possível uma passadeira luminosa. Em relação à parte das ciclovias considera que principalmente está a referir-se ao que se passa ao pé do Bom Sucesso (Finanças). O que se agora são carros a estacionados e não as bicicletas a passar. Já foi reportada esta situação à Câmara Municipal do Porto, é lógico que sabemos que isto foi feito com estudos, com toda a boa vontade, mas efetivamente concorda e tenho algumas reticências em como isto vai funcionar, devido ao aglomerado de táxis, saídas do Bom Sucesso e saídas da Rua de quem vem do cemitério. O tráfego é um bocado confuso e que pode prejudicar os peões. Em relação à Escarpa da Arrábida e à Rua do Alto da Arrábida, vai ser removido o lixo que ali está depositado, porque vão fazer uma obra. Todas as outras situações serão comunicadas.

Susana Pereira, BE, pediu para usar da palavra para referir que não quis interromper a Senhora Presidente que estava no seu uso da palavra legítimo, e não tem nada a ver com aquilo que a Sr^a. Presidente possa quer dizer na assembleia, mas efetivamente no artigo 32º “ o uso da palavra é concedido ao Presidente do Executivo da Junta, no período antes da ordem do dia, que é o período em que ainda estavam para prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados, não podendo a sua intervenção exceder três minutos por que pedido de esclarecimento até ao limite de trinta minutos.” Referiu que não foi isso que aconteceu na intervenção da Sr^a Presidente. Considerou que se falaram de coisas muito importantes, nomeadamente a questão das dependências, e voltou a insistir, tem feito essa insistência, referindo que não se fala de toxicodependência já, porque é um termo estigmatizante, mas não iria demorar muito à volta disso, mas é muito importante o que aqui foi trazido, a realização finalmente de uma nova reunião. É importante, que se convoquem as associações de moradores, as iniciativas dos abaixo-assinados devem tomar parte, devem participar nesta discussão alargada sendo que o timing em que vai ser realizada é o pior possível, mas vai ser feita e isso é que é importante, mas o ponto da ordem nada tem a ver com isto. Nós temos atribuição

e limitações de tempo, conforme foi chamada a atenção, há umas Assembleias atrás, é algo que notarão que tem sido e acatado e tido em consideração, pois é o meu papel, ir ao encontro do Regimento, considerando que para o bem destas Assembleias, estes tempos têm uma razão porque este órgão é a Assembleias de Freguesia, não é o Executivo da Junta, nem uma reunião da Junta de Freguesia, nem algo do gênero. Lembrou que os pontos da ordem de trabalhos, que era o que iria começar depois, cada grupo político tem oito minutos para intervir, mais três minutos por membro e portanto referiu que era só pra fazer aquela lembrança.

Presidente da Assembleia de Freguesia, em resposta à intervenção da Dr^a Susana referiu que respeitava muito a sua intervenção, para terem mais cuidado com os tempos reservados a cada ponto e referiu que, daquele dia para a frente, não abdicaria de trinta segundos que fossem. Passou de seguida para a ordem de trabalhos da Assembleia de Freguesia, que era sobre a aprovação da ata da Sessão da Assembleia de Freguesia de trinta e um de agosto de dois mil e vinte, perguntando se alguém queria usar da palavra. Referiu ainda que a Dr^a Susana (BE) usou da palavra e já passava do tempo previsto para os partidos políticos. Esclareceu ainda, que eram pontos fundamentais, sobre o que se passa muitas vezes nesta freguesia e por isso, às vezes, deixa as pessoas falarem um pouco, mas com certeza teria mais cuidado, no futuro, sobre os tempos previstos para cada uma das intervenções.

António Alves, CDU, usou da palavra, esperando não roubar muito tempo, mas apenas para justificar a posição de voto que iria ter na votação, dizendo que a redação da ata tem tendência a melhorar porque agora já tem a numeração das páginas. Referiu ainda que teve a ocasião de esclarecer a forma como era realizada a redação da ata e agradeceu a colaboração da D. Susana Santos, da D. Margarida Fernandes e da Dr^a Ana Paula Diniz (Assistente Social) que explicaram como era feita a transcrição da ata por um software próprio que usam. Próprio, isto é um software da Google Docs, que tem uma função gratuita para transcrever o áudio texto. Só que é uma função muito limitada que vai buscar o som como se fosse um microfone externo e não ao próprio computador. Em casos como no meu, que se calhar tenho uma voz mais difícil de ser percebida, por microfone, não apanhou tudo. Depois continua a ter frases começando na sua primeira intervenção: “nesta sessão o camarada, amigo engenheiro Casimiro Calisto não está

presente que justificasse a nossa posição” ou seja uma português horrível que considera que nunca teria dito o que ali estava escrito. Aliás refere que eu nunca diria “o camarada” quando muito diria “o meu Camarada” porque nesta questão são muito exclusivos, porque aquele termo representa muita comunhão entre nós, de lutas, de sacrifícios e de muita coisa que partilhamos. Quando muito diriam “o colega” se fosse para ser identificado como os que estão na Assembleia. Referiu que há uma parte da ata que se calhar considerou ser um erro seu, porque até chamam Henrique Calisto, que era um treinador de futebol. Existem partes da ata que continuavam a ser omitidos, por exemplo aos erros da ata anterior onde citei um caso em que a presidente da Junta falava em “Fait divers” e tinha sido traduzido para “Freddy Weare” que é uma marca de roupa. Esta passagem não foi referida na ata que agora estava em aprovação. Referiu que continuam haver erros, mas os erros são sobretudo da mesa e não de quem faz a ata. A mesa é que tem a responsabilidade de fazer a ata, de corrigir o que está mal. As pessoas fazem um sacrifício grande, na elaboração da mesma, pois dá muito trabalho, passar, mesmo com ajuda do computador, e sendo um software gratuito, em que têm de cortar áudio em partes, porque senão o programa não funciona, porque a Junta podia, pelo menos, comprar um software semelhante a este da Google Docs, como por exemplo o software, Speech to Text que é o mesmo que é utilizado no Google Docs, mas que é pago e que já não tem essa limitação de tempo e de ter de cortar o texto. Mas referiu que há outros produtos melhores do que este. De qualquer maneira, a ata continua com erros e que não são das funcionárias são erros da mesa que não apresenta a ata como deve ser. Assim sendo irá abster-se na votação da ata.

Presidente da Assembleia de Freguesia - colocou à votação a ata da última sessão, tendo a ata treze votos a favor sendo que não votaram três pessoas: Ana Almeida, António Magalhães e Engenheiro Calisto por não terem estado presentes na última sessão da Assembleia de Freguesia.

Presidente da Junta, Sofia Maia, compreende o que a Dra Susana falou, e todos nós devemos cumprir os tempos. Agradece que vejam qual é o tempo que tenho e poderei não responder alguma das situações, mas acho que acima de tudo temos que cumprir. Em relação há informação, foi precisamente hoje publicado em Diário da República, o programa ATL Para Todos. Já estamos a receber as fichas, conforme foi anunciado;

estamos a ter uma boa adesão e como não estava presente na última assembleia, mas ouvi a gravação e quero agradecer a todas as bancadas pela votação e por mais este passo que demos nesta freguesia, em relação a esta mais valia, para todas as crianças, pois é ótimo quando por unanimidade aprovamos regulamentos para o bem-estar das nossas comunidades, neste caso em concreto das nossas crianças. Hoje mesmo, está em Diário da República por isso a partir de amanhã podemos começar a dar o ok a essas famílias. O Centro Materno Infantil, em parceria com os Lions e do qual tem estado a fazer um trabalho muito próximo com a Junta de Freguesia, conseguimos adquirir alguns berços e alguns brinquedos. A ideia que eu tenho em relação aos Centros Materno Infantil e também ao Centro de Saúde é que o Ministério da Saúde está a funcionar muito bem e estou a falar disso pelo feedback que vou tendo dos Centros de Saúde e neste caso Centro Materno Infantil a nível de medicamentos, de situações que são necessárias para aquelas situações mais pontuais, como os acrílicos, como este brinquedos, que neste momento por cada brinquedo que é usado por cada criança, tem que ser levado pela mesma, não podendo ser reutilizado como antigamente. Daí também ter de ser em plástico ou seja no material em que possa ser desinfetado. A nível dos Centros de Saude, como por exemplo, os acrílicos nós acabamos por dar um apoio ao Centro de Saúde de Lordelo do Ouro, porque eles não tinham acrílicos, não tinham conseguido autorização para isso. Acho que é preciso ter atenção junto do Ministério da Saúde, não digo que haja falta de material no sentido de apoiar as pessoas, mas estes materiais são importantes; nós estamos aqui, fazemos, mas também não nos podemos sobrepôr em algumas situações ao Ministério da Saúde, mas neste caso, devido a esta pandemia, acho que o importante é a proteção dos nossos fregueses. Temos feito algumas doações, tanto a nível de livros, como foi o caso do Aleixo; temos tido vários parceiros aos quais agradeço aqui; também quero que fique em ata, o que nos têm dado, como foi, a Lactogal, o Froiz, Continente, a RAR, Pingo Doce, Longa Vida, a Quinta da Bonjoia, em que nos deram várias dádivas, porque infelizmente, era algo que já se previa um aumento no número diário de cabazes e apoios que nos tem estado a pedir. Tivemos um morador, foi selecionado para o programa "Preço Certo", e que foi participar e do qual achamos que era interessante e por isso o nosso apoio. Tivemos a celebração de uma Senhora que fazia 100 anos; conseguimos fazer a Gala de Fado, foi algo que realmente muito diferente dos outros anos, mas foi muito bonito, teve pena de não

estarem presentes e espero que numa próxima vos veja, pois foi um sábado, com os candidatos, com os vencedores dos seis anos anteriores, mas foi muito interessante ver principalmente aqueles artistas e que nós numa pequena contribuição a nível local pudemos pô-los novamente em palco, novamente a vibrar com as palmas e eles estavam muito contentes. Deram um grande agradecimento à União de Freguesias e a todos nós por aquilo que lhes proporcionamos e para que nos lembremos, mais uma vez, dos artistas. Infelizmente, o fundo social de emergência tem vindo a subir todos os dias e não é com os diversos apoios que nos têm dado. No entanto, queríamos ressaltar também os apoios financeiros que nós temos dado às coletividades estão praticamente todas com o apoio atribuído, Se faltar alguma algo é por uma questão de documentação; é importante também frisar que há uma outra que nós já estamos a dar o apoio, quase a dobrar o apoio, porque acho que é efetivamente comprovado, porque temos a associações como é os Doentes Renais, como é o Fluvial como é o Infante, a Casa de Lordelo, que vivem uma situação muito específica em que infelizmente tivemos de redobrar, muito com o que lhes aconteceu, devido à pandemia, em que essas Associações continuam a ter que pagar luz, continuam com os seus gastos e infelizmente não têm o pagamento das quotas, não têm as atividades como é lógico que deviam ter e nós achamos por bem que este ano é importante. É uma mais valia e nós temos que apoiar o associativismo, que tanto faz pelo bem comum e pelo bem da freguesia e dentro das nossas possibilidades um a um, nós estudamos e apoiamos. Queria pedir ao Senhor Presidente, autorização, porque na outra assembleia não estive presente e existe uma situação que ficou em falta, que era a situação do meio tempo de um colega meu do executivo, se posso informar a assembleia de freguesia sobre essa situação. De acordo com as recentes alterações operadas no regime da Lei número 169/99 de 18 de setembro pela lei do orçamento de estado para 2016, nas freguesias com mais de 20 000, dois vogais da junta de freguesia podem exercer o mandato em regime de tempo inteiro, artigo 27, número 3 alínea b) da lei número 169/99 de 18 de setembro, ainda de acordo com o mesmo artigo mas ao abrigo do seu disposto do seu número 4, os tempos inteiros podem ser divididos em meios tempos. Está previsto no orçamento da União de Freguesias, o encargo com a remuneração do vogal que exercerá o cargo em regime de meio tempo, sendo que o encargo anual com aquela remuneração não ultrapasse 12%, do valor total geral da receita constante da conta de gerência do ano

anterior, nem no valor inscrito no orçamento em vigor. Perante este artigo do disposto na alínea a, número 2 do artigo 18 da lei número 75/2013 de 12 de setembro, a Presidente da União de Freguesias, designou deliberar em reunião de executivo, como vogal em regime de meio tempo, o Senhor Francisco José Fonseca Lima Andrade Tártaro. Esta informação e como sabem, tenho que informar a Assembleia de Freguesia a qual foi deliberada em reunião de executivo. Muito obrigada.

Secretária da Junta, Maria João Nunes, o executivo desta Junta falou de algumas alterações na lei e propôs a alteração do código de conduta, para adaptar a algumas novas exigências. Ao analisarmos o código de conduta, aquilo que entendemos que o código de conduta iria dirigir à Junta e ao Executivo da Junta, sendo que a Assembleia de Freguesia poderá, se assim o entender, depois de o analisar, adaptá-lo. Se alguém entender fazer um código um código de conduta para si, poderá obviamente fazê-lo. Neste momento, este código é para dar conhecimento e vai ter que ser publicado em Diário da República e passo a distribuir um exemplar para depois poderem analisar e ver. O que nós fizemos foi simplificar um bocado o código e adaptar às exigências das Lei, que é a lei da aceitação das ofertas. Chamava a atenção para um facto que nós parece muito importante, que não sendo mesmo obrigatória nos pareceu importante, que era a questão do assédio sexual, pois achamos que devemos manter e até reforçado.

Marco Leitão, PS, vimos o documento que foi entregue relativamente às atividades que foram realizadas, concordamos com a maioria delas e claro que são importantes para Freguesia e as várias parcerias têm sido realizadas também são importantes. Estranhámos não terãõ realizado nenhuma atividade significativa, mas queremos saber o porquê. Relativamente a uma eventual ou se tal aconteceu alguma iniciativa, relativamente ao problema que nós falamos ao bocado, tráfico de estupefacientes e se a Junta de Freguesia tomou alguma iniciativa durante esse período, contactou entidades, tanto no sentido de encontrar soluções, ou não era essa a nossa pergunta.

Presidente da Junta, Sofia Maia, em relação a essa situação é uma atividade diária, porque nós diariamente estamos a trabalhar, a solucionar e a tratar de emails e a encaminhá-los para os Vereadores para a Câmara, ARS Norte e é algo que todos dia tratamos. A nível da junta de freguesia reunimos, e entretanto os meus colegas já

ATAS

disseram que reunimos com as Associações de Moradores do Pinheiro Torres, com a Associação de Moradores da Pasteleira Nova, juntamente com o Comandante e Sub-Comandante Fernandes, salvo erro foi em julho ou agosto, mas nós fazemos essas reuniões e penso que já tinha dito isso aqui, que articulamos com a PSP, via cerca de duas vezes por mês e vão connosco ao terreno e falam e prestam esclarecimentos às Associações da Freguesia ou aos moradores. Nós estamos em constante contacto com as Associações, no combate ou ajuda desta situação. Isto não é uma parceria, é uma situação que nós conversamos com o Comando, em que nós achamos que vindo o Segundo Comandante falar com as associações e com os moradores, eles sentirão uma outra segurança ou seja explicar melhor do que nós o que está a ser feito. Perante o plano de limpeza que é algo que nos preocupa todos os dias, passamos por lá como disse muito bem e vemos qual é o estado em que está o Jardim do Fluvial, o estado junto da Casa de Serralves, a quinta de Serralves, inclusive estivemos lá no outro dia e infelizmente vão para dentro da quinta e até pernoitam e inclusive quase todos os sítios escondidos são ótimos; todos os dias enviamos fotografias que nos enviam e nós próprios tiramos outras; chegam-nos relatos de assaltos e, por isso, essas deligências com a PSP com os Centros de Saude, com a ARS Norte são úteis e necessárias. Por isso, vamos ter uma reunião na sexta-feira à tarde e é algo que para nós é constante. Vamos, como é lógico damos preferência às entidades, associações, representantes das associações mas também já chegaram aqui a vir, por exemplo alguns moradores do Largo Silva Monteiro, mas a nossa prioridade neste momento é ir ao terreno com o Comandante, em setembro (agosto estive de férias). Inclusive chegamos a ir as Condominhas, que temos um grande problema, por causa da escola em que foi pedido à Câmara, para ver se existe a hipótese de deitar abaixo aquele muro e também da Associação do Aleixo, pois tem ali um corredor, onde eles também estão a pernoitar e a injetarem-se e era importante, porque é sem saída e como tal é importante deitar abaixo os muros, fazer limpeza visto que isso não tem utilidade para os moradores e para as crianças não estarem a ver o que estão a ver hoje em dia.

Nuno Cruz, RM, o problema da droga é muito complexo. É verdade mas os partidos com assento parlamentar têm que arranjar com o legislador uma lei que seja proibido o consumo de drogas; que a despenalização o consumo de drogas dá para eles estarem a

injetarem-se à porta das escolas, à porta de casa das pessoas, ou seja estamos a tentar que a Freguesia e que a Câmara Municipal do Porto resolvam um problema que vem na Assembleia da República; eles é que têm de criar leis para combater essas coisas e estamos aqui todos a falar há duas horas acerca da droga. Os partidos com assento parlamentar, por favor, ajudem.

Casimiro Calisto, CDU, ainda bem que parece que a Doutora e o Executivo tem uma opinião em que considera que o problema da droga é um problema e o dos toxicodependentes é um problema de saúde. Acha que já estamos num estado adiantado de civilização, em que a despenalização foi aplaudida em todo o lado; agora se as doses já estão mais sofisticadas, pois há tempos assisti a uma palestra do Doutor João Goulão, em que a droga dos anos setenta e oitenta não é droga de agora e isso é outro problema, mas agora esta repressão!... Só para dizer que este problema da droga é um problema que tem que ser tratado com muito cuidado e não nos esqueçamos que um toxicodependente é um doente e podemos ter um na família, podemos ter nos nossos filhos daqui a uns anos, os nossos parentes mais próximos a entrar nisso, portanto essa questão das repressões, já lá vai tempo e acho que estamos numa época civilizada, em que a doença tem de ser bem tratada.

Marco Leitão, PS, na sequência da intervenção do membro da Assembleia do grupo RM, nós estamos em democracia e cada um tem direito a ter a sua opinião. Agora eu tenho que dizer que discordo frontalmente com aquilo que disse e também tenho de ver esta questão numa forma global, independentemente, das sensibilidades que existem; o que é certo é que a Junta de Freguesia não pode, como não tem estado parada, como é óbvio e nós cá estamos para tentar ajudar dentro das limitações, para encontrar soluções.

Presidente da Assembleia de Freguesia, agradeço que não entrem em discussão, pois não fica na gravação. Antes de terminar a sessão queria ler o artigo 32.º que não quis falar sem me equivocar. O uso da palavra pelo membros do Executivo da Junta de Freguesia, é concedido ao Presidente do Executivo da Junta de Freguesia ou ao seu substituto legal, no período de antes da ordem do dia, para prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, não podendo em cada intervenção exceder três minutos por pedido de esclarecimento ou seja por cada pedido de esclarecimento o executivo tem três minutos. Esta é a interpretação que eu tenho até ao limite trinta minutos e acho

ATAS

que não foram em nenhum dos casos excedidos, nem os três minutos, nem os trinta minutos. Não estou de cronômetro e permitam-me outra questão sobre a questão do código de conduta. Penso que a Assembleia deverá ter esse código de conduta e penso que é inclusivamente obrigatório. Não sei se querem convocar um grupo de trabalho para o efeito, pois já falei com os meus secretários se estariam disponíveis para apresentar um código de conduta e se querem que seja feita uma minuta para depois ser enviada para discussão. Gostava de ouvir opiniões. Podemos avançar com esta apresentação dos meus secretários na elaboração deste código de conduta? Todos concordam? Ele tem de ser apresentado na Assembleia e primeiro temos de elaborar uma minuta e depois se alguém quiser dar sugestões, vou pedir ao meus secretários para procederem a sua elaboração. Passou a ler a minuta da ata número treze.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Maria José de Sá e Almeida
Carla Chisabelo de Sá
Alexandre Paulo do Silva do Espírito Santo